



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

SENTENÇA

Processo nº: **1010292-85.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Clb Viagens e Turismo Ltda. Me**
 Requerido: **Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

CLB VIAGENS E TURISMO LTDA. ME, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Comum em face de Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A, também qualificado, alegando que em janeiro de 2017, em razão de sua atividade econômica de venda de pacotes turísticos, teria iniciado a venda de pacote turístico para o período de 24 a 31/08/2017, com pernoites em Belém, Ilha de Marajó e Alter do Chão, Distrito do Município de Santarém, localizado a 40 km do Aeroporto, entretanto o voo das 13:25h que tinha sido reservado para mais de 50 passageiros, teria sido remanejado para às 01:30h, afirmando que devido a alteração do horário do voo, teria tido despesas extras, pois assumiu os gastos com hotel e transporte de seus clientes, no importe de R\$ 5.002,00, sendo R\$ 3.742,00 referente à meia diária no Hotel Mirante da Ilha em Alter do Chão, e R\$ 1.260,00 referente ao traslado de Santarém a Alter do Chão (40km), à vista do que requereu seja ação julgada procedente para o fim de condenar a ré a ressarcir a importância de R\$ 5.002,00, atualizada monetariamente desde a data do desembolso, juros de mora desde a citação, além de custas processuais e honorários advocatícios.

A ré contestou o pedido alegando, preliminarmente, não ser parte legítima para figurar no polo passivo, porque seria apenas a *holding* controladora do grupo GOL e que tal empresa não seria a efetiva responsável pelo transporte aéreo; no mérito, contestou alegando que apesar do voo da parte autora ter sido alterado, a companhia aérea teria informado previamente referida alteração com um mês de antecedência e que a requerente poderia ter solicitado o reembolso integral das passagens em questão, mas que optou por adiantar o voo, assumindo o risco de despendar novas quantias; sustentou que a alteração foi ocasionada por problemas de reestruturação da malha aérea, impossibilitando pousos e decolagens, não tendo havida autorização para o voo da parte autora; afirmou que não há qualquer comprovação dos prejuízos patrimoniais alegadamente suportados em razão da suposta conduta irregular da empresa ré, à vista do que requereu seja ação julgada improcedente.

A autora replicou reiterando os termos da inicial.
 É o relatório.

DECIDO.

O feito comporta julgamento antecipado, conforme permite o artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, à vista das provas existentes nos autos, suficientes



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

para o deslinde da questão.

Afasto a preliminar de ilegitimidade passiva arguida pela ré, pois é irrelevante que a requerida *Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A* seja holding controladora da *VRGLinhas Aéreas S/A (Gol Linhas Aéreas S/A)*, pois são empresas do mesmo grupo econômico, apresentando-se ambas, pela teoria da aparência, como uma única empresa e devem responder solidariamente por eventuais danos causados.

Sobre a legitimidade passiva das empresas aérea, entende o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: *“Indenização por danos morais. Transporte aéreo. Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A que deve ser mantida no polo passivo deste feito juntamente com a VRG Linhas Aéreas S/A. Solidariedade passiva. Empresas participantes do mesmo grupo econômico. Atraso do voo devido a problemas climáticos não comprovados suficientemente. Excludente de responsabilidade. Força maior. Não configuração. Dano moral reconhecido e fixado em R\$ 2.000,00. Sentença reformada. Recurso provido.”* (cf; Apelação 1021565-25.2014.8.26.0224 - TJSP - 05/08/2016).

Cumpre, ainda, destacar que não estarmos diante de relação de consumo, uma vez que o contrato de transporte aéreo é insumo para a atividade econômica da autora.

Temos, na realidade, contrato de transporte, que é regulamentado pelos artigos 734 e seguintes do Código Civil, que prevê a responsabilidade objetiva do transportador pelos danos causados às pessoas transportadas e suas bagagens, que dispõe *“O transportador responde pelos danos causados às pessoas transportadas e suas bagagens, salvo motivo de força maior, sendo nula qualquer cláusula excludente da responsabilidade”*.

Sobre o tema, colhe-se da lição de Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery: *“Demonstrado o fato de o transportado ter sofrido dano em virtude de defeito da prestação de serviço, que gerou descumprimento da obrigação de resultado, assumida por ocasião do negócio, o transportador responde objetivamente, independentemente de culpa”* (in Código Civil Comentado, Editora Revista dos Tribunais, 7ª edição, 2009, p. 706).

No caso dos autos, restou incontroverso a alteração nas datas e horários dos voos de ida e volta adquiridos pela autora, fato que ensejou a readequação da logística planejada pela agência de viagens requerente, com a consequente antecipação de voos regionais, alocações em hotéis, despesas com *transfer* dos passageiros que adquiriram as passagens com a requerente.

A ré, por sua vez, sustenta não ser responsável pelos danos materiais alegados pela autora, em razão de força maior caracterizada por problemas relacionados a readequação da malha aérea, realizada pelos controladores de voo, sem, contudo, produzir qualquer prova nesse sentido.

Ocorre que, no caso presente, a ré alterou o horário e a rota do voo *“em razão da necessária reestruturação de sua malha aérea com o fito de melhor atender e transportar seus clientes para os destinos contratados”* (fls. 54).

Ora, não há nenhuma força maior ou caso fortuito no caso, mas risco inerente a atividade que não exonera a ré do dever de indenizar, por se tratar de fortuito interno.

A reestruturação da malha aérea noticiada nos autos caracteriza-se como fortuito interno, inerente ao risco da atividade profissional, inapto, portanto, a romper o nexos causal ensejador do dever de indenizar os danos suportados pela autora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Nesse sentido, precedente do STJ: “*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. TRANSPORTE AÉREO. PROBLEMAS TÉCNICOS. FORTUITO INTERNO. RISCO DA ATIVIDADE. VALOR DA INDENIZAÇÃO. MODERAÇÃO. REVISÃO. SÚMULA N. 7/STJ. 1. A ocorrência de problemas técnicos não é considerada hipótese de caso fortuito ou de força maior, mas sim fato inerente aos próprios riscos da atividade empresarial de transporte aéreo (fortuito interno), não sendo possível, pois, afastar a responsabilidade da empresa de aviação e, conseqüentemente, o dever de indenizar. 2. É inviável, por força do óbice previsto na Súmula n. 7 do STJ, a revisão do quantum indenizatório em sede de recurso especial, exceto nas hipóteses em que o valor fixado seja irrisório ou exorbitante. 3. Agravo regimental desprovido por novos fundamentos.*” (cf. AgRg no Ag 1310356/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 14/04/2011, DJe 04/05/2011).

Nesse viés, a alegação da ré que o motivo da alteração do voo foi a reestruturação da malha aérea não lhe isenta de responsabilização, pois essa é objetiva, haja vista ser inerente o risco na atividade econômica que exerce.

Nenhum documento em foi trazido capaz de elidir a responsabilidade da requerida pela má prestação de serviço, nascendo para a mesma a obrigação legal de reparar os prejuízos advindos daquele.

Destarte, inequívoca a falha na prestação de serviços por parte da ré, devendo responder pelos danos causados aos passageiros, nos termos do art. 734 e seguintes do Código Civil, conforme jurisprudência do E.TJSP: “*Responsabilidade civil Indenizatória por danos materiais Transporte aéreo internacional Alteração nas datas e horários dos voos, ensejando a antecipação das viagens de ida e volta Reembolso com despesas de transporte, alimentação, adequações em hotéis e multas dos voos seguintes Responsabilidade objetiva do transportador por danos causados aos seus passageiros (art. 734, "caput", do CC) Alegada necessidade de reestruturação da malha aérea com o fito de negar sua responsabilidade civil Fato previsível que integra o risco da atividade da transportadora ré e não exclui a sua responsabilidade Sentença mantida Recurso negado. Danos materiais Despesas de transporte, alimentação, adequações em hotéis e multas dos voos seguintes Sentença que julgou procedente a indenização no valor de R\$ 9.424,93 Documentos e valor não impugnados especificamente pela requerida Danos materiais evidenciados Sentença mantida Recurso negado. Recurso negado*.” (cf; Apelação 0182682-94.2012.8.26.0100 – TJSP - 16/08/2013).

No que se refere aos danos materiais a tese da ré é de sua inexistência, sendo apresentada de modo genérico, de modo que não houve impugnação específica em relação ao valor e os documentos trazidos com a inicial (fls. 09/37), de modo que o montante devido a título de danos materiais restou bem delineado na exordial.

A réu sucumbe e deverá, assim, arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Isto posto JULGO PROCEDENTE a presente ação, em consequência do que CONDENO o(a) réu Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A a pagar a(o) autor(a) CLB VIAGENS E TURISMO LTDA. ME a importância de R\$ 5.002,00 (cinco mil e dois reais), acrescida de correção monetária pelo índice do INPC, a contar da data dos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

documentos que instruem a inicial, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, e CONDENO o réu ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Publique-se Intimem-se.

São Carlos, 19 de março de 2018.

Vilson Palaro Júnior
Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**